

Assembléia Adunicamp

Data: 25/03/2009

Horário: 12h

Local: Auditório Adunicamp

Pauta:

1. Informes,

2. Indicativo do Fórum das Seis para Pauta Unificada da Data-base 2009

Indicativo do Fórum para a Pauta Unificada 2009

1. SALÁRIO

A - Durante a última reunião do Fórum das Seis, em 10/3/2009, as entidades trouxeram duas possibilidades de composição da reivindicação salarial. O Fórum as remete às assembléias para que as categorias se posicionem quanto a:

- Parcela fixa + um índice para repor a inflação (dos últimos 12 meses + percentual para recuperação de perdas anteriores).

- Inflação dos últimos 12 meses + percentual para recuperação de perdas anteriores.

B - Reajuste de 10% para os trabalhadores do Centro Paula Souza e recomposição das perdas salariais da categoria referentes aos índices do Cruesp não repassados aos salários no período de 1996 a 2008.

2. DEMOCRATIZAÇÃO

Democratização da estrutura administrativa, do funcionamento dos colegiados, e da gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza. Democratização do acesso e permanência estudantil.

3. AUTONOMIA

a. Defesa da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades e do Centro Paula Souza, conforme o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, e revogação dos decretos do Governo José Serra, que ferem a autonomia das universidades estaduais;

b. Manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

- c. Não fragmentação dos diversos níveis de ensino;
- d. Manutenção e aprofundamento do vínculo do Centro Paula Souza à Unesp (conforme a Resolução 63/95).

4. DESCRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS

Respeito à liberdade de organização e de manifestação dos movimentos sociais, revogação das punições e retirada dos processos administrativos e judiciais contra quem lutou em defesa da universidade pública, pela liberdade de organização e de manifestação dos movimentos sindical e estudantil.

- a. Imediata readmissão de Claudionor Brandão, servidor da USP e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp);
- b. Garantia de vida aos docentes de Registro ameaçados de morte. Apuração e punição dos responsáveis.

5. CONTRATAÇÕES

- a. Contratação somente por concurso público de servidores técnico-administrativos e docentes, em regime autárquico;
- b. Revogação das políticas que terceirizam e precarizam o trabalho e criação de cargos suficientes para atender às necessidades das universidades.

6. INVESTIMENTOS

- a. Compromisso do Cruesp com o aumento do investimento do Estado na Educação Pública em geral – 33% da receita total de impostos, incluindo 11,6% da quota-parte do Estado no ICMS para as universidades estaduais paulistas, 2,1% da quota-parte do Estado do ICMS para o Centro Paula Souza.
- b. Incorporação de funcionários e professores da Escola de Engenharia de Lorena – EEL/USP (antiga Faenquil) no quadro de servidores da USP, com aporte de 0,07% da quota-parte do ICMS do Estado;
- c. Dotação orçamentária específica para garantir políticas de acesso e permanência estudantil e sua ampliação nas universidades estaduais e no Centro Paula Souza, que assegure condições de estudo, rompendo com a lógica da bolsa-trabalho, que faz com que estudantes ocupem postos de trabalho nas universidades. A bolsa-estudo deve ser um instrumento para que o conhecimento adquirido na universidade seja aplicado na sociedade;
- d. Isonomia e paridade entre aposentados e pessoal da ativa.

7. CRECHE

Garantia do exercício do direito dos trabalhadores das universidades e de seus filhos de zero a seis anos de serem atendidos em centros de convivência infantil, mantidos e gerenciados pela universidade pública, que produz conhecimento sobre infância e tem a responsabilidade social de aplicá-lo em sua própria comunidade.

8. SISTEMA EDUCATIVO DAS UNIVERSIDADES PAULISTAS

- a. Regulamentação da função de Professora de Educação Infantil (ou Professora de Educação Básica) com progressão condigna na carreira, valorizando o tempo de exercício na função e formação.
- b. Redução da jornada semanal para 30 horas, conforme já ocorre nas creches municipais.

9. HOSPITAIS

Compromisso de manter a vinculação dos Hospitais Universitários com as universidades, aprimorando seu caráter público, revertendo toda a forma de privatização e apropriação privada de sua capacidade instalada, com financiamento público adequado para o seu funcionamento e melhoria do atendimento, mantendo-o como importante instrumento da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

10. ENSINO À DISTÂNCIA

Ampliação do ensino superior público e gratuito presencial e de qualidade. Contra a política de ensino à distância na formação inicial, que sucateia e empobrece a educação superior pública.

11. IMPLEMENTAÇÃO DO ARTIGO 40, parágrafo 4º da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos nos casos de atividades exercidas em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física dos trabalhadores.

12. ACOMPANHAMENTO

- a. Repasse mensal ao Fórum das Seis das planilhas de arrecadação do ICMS, contendo o comprometimento com as folhas de pagamento, reserva de caixa das três universidades e discriminação de gastos específicos com políticas de permanência estudantil;
- b. Estabelecimento de calendário para a retomada das reuniões com a equipe técnica e com o Cruesp durante o ano de 2009.

Cruesp não cumpre o acordado sobre as Comissões de Arrecadação e de Isonomia

Embora tenham sido acordadas formalmente entre Cruesp e Fórum das Seis, não estão ocorrendo as reuniões das Comissões de Arrecadação e de Isonomia. No caso da primeira, o Fórum prope a imediata retomada da ocorrência das reuniões técnicas, nas quais seriam repassadas mensalmente as planilhas de arrecadação de Isonomia.

A Comissão de Isonomia, também acordada entre Fórum e Cruesp, deve ser rearticulada, dando continuidade ao processo de discussão sobre o necessário tratamento isonômico nas três universidades esta-

duas e no Centro Paula Souza. Um exemplo da necessidade desta comissão é a carteira docente: o Conselho Universitário da USP aprovou, recentemente, uma proposta para os professores daquela instituição e o assunto, de fundamental importância por suas implicações na questão da isonomia, está sendo discutido na Unesp e na Unicamp.

Pela imediata readmissão do companheiro Brandão

Cruesp a indignação contra a demissão de Claudionor Brandão, servidor da USP há mais de 20 anos e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp). No dia 9 de dezembro, ele recebeu um comunicado com a conclusão de um processo administrativo de 2005, assinado pela reitora Suelly Vilela, demitindo-o por justa causa.

A “acusação” contra Brandão refere-se à greve de 2005, quando houve uma ocupação nas dependências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP. Na realidade, ele e outros ativistas do Sintusp vêm sofrendo, há anos, uma série de sindicâncias e processos administrativos, sempre a partir de greves e manifestações da categoria. Além de dirigente sindical – fato que lhe confere estabilidade, diga-se de passagem – Brandão é representante dos servidores no Conselho Universitário.

O Fórum das Seis repudia essas ações repressivas e intimidatórias contra a comunidade das universidades estaduais paulistas. São medidas características da ditadura militar para tentar destruir a organização sindical e a reação à política de sucateamento da educação pública, conduzida pelo governo e pelas reitorias.

A postura do Cruesp na última reunião com o Fórum, no dia 3 de março, impedindo a entrada de Brandão com a alegação de que ele “não representa” mais os trabalhadores da USP, também deve ser rechaçada duramente. Cabe aos trabalhadores da USP, e somente a eles, decidir quem os representa!

Campanha

Visando a imediata readmissão de Brandão, vêm sendo promovidos atos e manifestações públicas, ações judiciais, campanha de solidariedade de intelectuais, políticos e entidades nacionais e internacionais.

O abaixo-assinado pela readmissão, que já conta com centenas de assinaturas, pode ser acessado em <http://contraademissaoembrandaoblogspot.com/>.

Liberdade de expressão e liberdade sindical são direitos inegociáveis! Nenhuma punição aos que lutam em defesa da educação pública!

Um grupo de professores da Unesp está sofrendo um ignominioso processo de perseguição, que inclui ameaças de morte, no Campus Experimental, tal da cidade de Registro.

A ameaça de morte mais recente, por e-mail apócrifo, foi feita aos docentes Afrânio José Soriano Soares, Mauro Donizeti Tonasse e Palimécio Gímenes Guerreiro Júnior, bem como a seus familiares. As perseguições envolvem, também, o professor João Vicente Coffani Nunes.

O tratamento “diferenciado” dado a esses professores remonta a julho de 2007, quando eles protocolaram, junto à reitoria da Unesp, o pedido de que a Portaria 461/05 (até então única legislação existente para estas unidades) fosse cumprida em Registro. O grupo sistematicamente questionou e contrapôs-se a atitudes autoritárias e a desmandos da Coordenadoria Executiva da unidade, cobrou a realização de concursos públicos calçados na impessoalidade (artigo 37 da Constituição Federal) para docentes e funcionários, pleiteou prestação de contas, elaboração e aprovação de atas de deliberação sobre o caso.

Como se sabe, a assinatura do Diretor local é um ato formal, pois a avaliação do mérito é feita exclusivamente pela Fapesp. O problema só foi solucionado depois que a Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp) denunciou o fato à direção da Fapesp, entregando-lhe um dossiê sobre o caso.

Em vez de solução para as denúncias, os docentes foram “brindados” com uma sindicância e um processo administrativo. No final de 2008, como citavo. No início deste texto, recebe-

ram ameaça de morte via e-mail. O Fórum das Seis está denunciando essa situação e exigindo que a Unesp garanta a integridade física dos docentes e de seus familiares, apure as responsabilidades e tome as medidas necessárias para fatos ocorridos.

Prejuízo à pesquisa

O professor Mauro Donizeti Tonasse passou quase cinco meses esperando que o Diretor Executivo do campus de Registro, Sérgio Hugo Benez, assumisse seu projeto de pesquisa a ser encaminhado à Fapesp. Como se sabe, a assinatura do Diretor local é um ato formal, pois a avaliação do mérito é feita exclusivamente pela Fapesp. O problema só foi solucionado depois que a Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp) denunciou o fato à direção da Fapesp, entregando-lhe um dossiê sobre o caso.

